

**“pulmões
e
mentes poluídas”
(pelo carvão que seduz...)**

“pulmões e mentes poluídas” (pelo carvão que seduz...)

Tadêu Santos¹

“Todo cidadão tem direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.”

(Art. 225 da Constituição da República Federativa do Brasil)

Carvão = Considerado o mais poluente dos combustíveis fósseis, como fonte energética está na contra-mão da história.

Poluição = Elemento físico colocado em lugar errado, geralmente por ações desordenadas do homem.

Sedução = Tudo que atrai, que impressiona... no caso, combinando com a declaração do Presidente do FED/EUA, Alan Greenspan: ‘ganância infecciosa’.

¹ Coordenador Geral da ONG Sócios da Natureza e Presidente em exercício da Federação das Entidades Ecologistas Catarinenses FEEC - (Presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Araranguá e Membro do Conselho Consultivo dos Aparados da Serra – Parque Nacional do Itaimbezinho/RS-SC)

Introdução²

Pretende-se, com este texto/denúncia, alertar sobre a caótica situação ambiental da região sul de Santa Catarina, provocada pela indústria de extração, exploração e beneficiamento do carvão mineral. Pretende-se também, registrar um pouco da sua história, não a que é costumeiramente e oficialmente mostrada ou escrita. Devido a intensa lista de conflitos, a região carbonífera é uma das mais “estudadas”, são monografias, dissertações, pós graduações, enfim as universidades adoram trabalhos realizados neste pedaço do sul do Estado. Na esfera governamental, já foram realizados vários projetos, desde o IBAMA, FATMA, EPAGRI, entre outros até o relatório da Agência Japonesa, JICA. Mas, nada foi feito, ou melhor dizendo, cada vez mais os recursos naturais afetados pela poluição da atividade carbonífera estão sendo comprometidos.

“ 1.2 - A generosidade de uma terra virgem, de paisagem exuberante, copiosos mananciais e clima temperado, onde a caça era abundante e farta, transformou-se em pó de atração da política imigrantista do Visconde de Taunay, para onde acorreram ávidos nossos irmãos italianos que aqui se instalaram por volta do ano de 1878. Pequenas colônias foram formadas, de cuja terra os agricultores extraíam seus alimentos e cujas águas límpidas eram extremamente piscosas.”

“ 1.3 - No início do século, portanto, deu-se início a sua extração, feita manualmente, atraindo mão de obra e impulsionando o progresso. Entretanto, devido à ambição dos empresários pelo lucro, em flagrante desrespeito ao próprio operário, sua família, comunidade e principalmente à natureza, o carvão foi explorado de maneira totalmente irracional, e de suas escuras galerias aos poucos se lavrou a sentença que cumprida ao longo dos anos decretou a morte dos rios, contaminou as vargens, esterilizou as sementes, silenciou as atafonas e os moinhos, condenou à morte sem direito à defesa os macacos, jacutingas, urus, marrecos, bugios, lontras, capivaras e tatus. As gigantescas escavadeiras revolveram o solo sem piedade, para a céu aberto extraírem o minério com um mínimo de esforço, mas com um máximo de rendimento, transformando o paraíso verde em um inferno de crateras entregues à erosão.”

(Texto extraído da Ação Civil Pública, movida pela Promotor de Justiça, JACKSON CORREIA, da Comarca de Criciúma, contra as empresas carboníferas da região)

Numa brilhante interpretação da obra do escritor McNeill, J.R, o Professor visitante da Universidade Federal do Paraná, Doutor em Meio Ambiente, Guillermo Foladori, fez um breve relato do livro **“Something New Under the Sun. An Environmental History of the Twentieth-Century World”**.

“ Um século onde as transformações do meio ambiente de origem antrópica foram impressionantes. O fato de a humanidade ter utilizado, nesse século, dez vezes mais energia que durante todos os séculos anteriores é indicador suficiente.

Vejamos algumas questões metodológicas que vale a pena ressaltar. Primeiro, um agudo olhar analítico que permite ao autor classificar e distinguir fatos com o maior rigor. Um

² (Ensaio ambiental:Registro de dados, informações, compilações, denúncias e alertas, que dificilmente se encontra na região. Este ensaio não pretende ir além da intenção de alertar sobre as preocupações ambientais da região sul de Santa Catarina, mostradas sob o enfoque de uma ONG ambientalista. Desculpem possíveis incorreções.)

exemplo disso é a forma como se caracteriza a crise ambiental contemporânea por três elementos, às vezes interrelacionados: o surgimento de problemas qualitativamente novos, mas derivados do acúmulo quantitativo de velhos problemas, como é o caso da poluição do ar nas cidades e as doenças derivadas, ou a captura de peixes onde as novas tecnologias criaram colapsos do estoque; o maior ritmo das transformações acontecidas durante o século XX, somado a sua maior amplitude —agora planetária— que criaram conseqüências imprevistas e sinergias, como o aquecimento global que, por sua vez, repercutirá de forma incerta.

Por último, o surgimento de novos problemas, resultado principalmente da indústria química, como o buraco na camada de ozônio do qual os clorofluorocarbonos são responsáveis principais. Segundo, um manejo cuidadoso das diferenças entre as escalas geológicas e/ou naturais e as escalas humanas, mostrando que aquilo que para o ser humano pode ser uma catástrofe, talvez seja um efeito menor em escalas geológicas e naturais, como no caso da degradação dos solos ou rios. Dessa forma o autor evita cair nesse tão comum paradoxo fundamentalista de considerar qualquer efeito negativo aos olhos humanos como catastrófico para os ecossistemas; e se pergunta se a sociedade humana não caminha permanentemente substituindo um tipo de desenvolvimento insustentável por outro. Terceiro, uma constante preocupação por não cair em generalizações, mostrando a diversidade de possibilidades, como no caso da relação entre população e desmatamento, onde esta última foi constatada em situações de crescimento populacional, mas também de decréscimo e/ou população estabilizada'

O fascínio que o carvão mineral exerce sobre políticos, mídia e governantes, é digno de roteiro de cinema. Várias obras cinematográficas trataram o tema sob os mais diversos aspectos, destacando-se: primeiramente o clássico americano "Como era verde o meu vale" de John Ford; o excelente "Ver-te-ei no inferno" de Martin Ritt, com Sean Connery; o profundo "Germinal" de Claude Berry com Gerard Depardieu, baseado na obra-prima de Emile Zola; e o curta catarinense rodado na região carbonífera de Criciúma/SC, "Naturezas Mortas" do Cineasta Penna Filho, que narra de forma dramática a doença que mais complicou a vida dos trabalhadores subterrâneos, a pneumoconiose. Com roteiro de Alex Rocha e direção de Marx Vamerlatis, está em estudo a produção de um curta metragem sobre o maior acidente/tragédia da atividade minerária do Brasil, com o título "A tragédia anunciada de Santana" . Uma maldita faísca na ligação de uma tomada ou no acender de um fósforo, em contato com um possível vazamento de gás metano (não produz cheiro), ocasionou uma grande explosão nos subterrâneos do painel 7, da mina Santana / Siderópolis, a uma profundidade demetros. Trinta e três (33) mineiros perderam a vida numa fatídica manhã de segunda feira do mês de setembro de 1984. A falta de investimentos em segurança decididamente foi o fator responsável pelo mortal acidente. Quando entenderem que aplicar em prevenção é investimento e não custo, com certeza reduzir-se-á consideravelmente o número de acidentes e todos ganharão com isso, inclusive os empresários na relação custo benefício. Mas falta ainda uma adaptação "sociopolítica", ao estilo da filmografia do cineasta grego Costa-Gravas, para retratar toda a engrenagem política no processo da perpetuação do poder da indústria carbonífera. .

O relacionamento da atividade carbonífera com as forças representativas do poder veio solidificar-se na década de 1940, com o advento da segunda Guerra Mundial: quando houve escassez de petróleo, o carvão substituiu-o como fonte energética. A partir da implantação da Companhia Siderúrgica Nacional - CSN na

região sul de Santa Catarina, os caminhos se abriram para a exportação do "ouro negro", através das ferrovias e do porto de Imbituba/SC. As grandes mineradoras da época, comandaram a história política do sul do Estado por várias décadas, deixando preparado o espaço para as atuais. Hoje, a atividade tem representantes políticos nos principais cargos governamentais que controlam a maioria da mídia do sul do Estado.

O carvão catarinense, além de possuir um baixo poder calorífico e apresentar alto teor de cinzas e enxofre, é ruim, de baixa qualidade e altamente poluente (JICA³). Não possui competitividade com outras fontes energéticas (eólica, solar, biomassa) que, além de limpas e renováveis, são mais baratas ou, até mesmo com a do gás importado (GASBOL⁴), mas, mesmo assim, seduz os mineradores e os políticos. A produção atual da região viaja 100 KM de trem até Capivari de Baixo/SC, é queimada pela usina Jorge Lacerda – 880 MW (Multinacional TRACTEBEL da Bélgica), contamina novamente o Rio Tubarão que, por sua vez, compromete o riquíssimo Complexo Lagunar de Laguna e toda a região com a temível e prejudicial chuva ácida.

Texto extraído do Relatório da JICA:

O carvão produzido no Brasil é de qualidade relativamente baixa tendo um poder calorífico variando de 3.700 a 4.500 Kcal. (quando comparado com as 6.400-6.700 Kcal dos carvões da Polónia e dos EUA respectivamente). O carvão brasileiro também possui altos teores de cinzas (entre 47% e 58%) e de enxofre (1,0% - 4,7%). Finalizando, a sua recuperação no processo de beneficiamento é extremamente baixa, menos de 35%. Isto significa que cada tonelada métrica extraída, apenas um máximo de 350 kg de carvão é recuperado comercialmente, enquanto que os restantes 650 kg terminam como rejeitos.

Em parte devido à estas características, à vaga legislação, e à fraca aplicação desta até o início dos anos 80, a exploração do carvão em Santa Catarina transformou-se num desastre ambiental. Não houve praticamente nenhuma recuperação ambiental, o que transformou mais de 4.700 há de terras produtivas em terras inaproveitáveis. Complementando o problema, aparece o alto teor de pirita nos rejeitos que tem lixiviado durante todos estes anos e contaminado a maioria dos rios das bacias e as reservas do lençol freático. Muitos Municípios da sub-região carbonífera (AMREC) tem enfrentado problemas de abastecimento de água tendo que recorrer ao abastecimento em outros municípios vizinhos. O que tem elevado o custo de vida e dos insumos comerciais na área afetada.

A poluição dos rios da região também limita o desenvolvimento da agricultura, especialmente do cultivo do arroz irrigado, impede o uso destes corpos de água para fins lucrativos ou outros propósitos, e além disso, produz uma má imagem da região, bloqueando o desenvolvimento de seu potencial turístico. Em 1980 o governo federal decretou esta região como sendo a 14 área crítica nacional em termos de recuperação ambiental o que permitiu que a mesma pudesse obter ajuda federal visando reparar os estragos ambientais causado pela mineração do carvão anteriormente realizada. (JICA)

A Região Sul de Santa Catarina é desde 1980 considerada uma das 14 áreas mais poluídas do Brasil conforme o Decreto Federal N° 85206/80, devido o estrago provocado pela mineração do carvão mineral. De acordo com o Seminário sobre áreas degradadas realizado na FURB em Blumenau / SC, a região carbonífera de Criciúma foi elencada como a quarta mais degradada do País e a Bacia Hidrográfica do Rio Araranguá é a mais poluída do Brasil por resíduos perigosos do carvão.

OBS. O dano ambiental ou desastre ambiental provocado pelo carvão aos recursos naturais é incomparavelmente maior que o dano/desastre

³ JICA = Japan International Cooperation Agency . (Biblioteca da UNESCO)

⁴ GASBOL =

provocado pelo vazamento de óleo da PETROBRAS no Rio Iguaçu - PR/SC, sendo que lá, o IBAMA, a FATMA e o IAP, aplicaram multas milionárias no responsável e “mexeu” com mídia nacional. Aqui, a FATMA nada faz, o IBAMA nem aparece e muito menos a mídia. Não dá prá entender ou dá !?

O “olhar clínico ambiental” sobre a região carbonífera do Professor Arsênio Oswaldo Sevá é um dos mais ricos em informações técnicas, precisas e instigantes. Já estive na região várias vezes, arrisco afirmar que conhece mais a situação específica do carvão, que muitos técnicos locais.

“Muita coisa não está intacta, mas a maior parte ainda é um paraíso.

3. Exatamente neste trecho importante do piemonte da Serra Geral, a mineração vem há muitas décadas ocupando e devastando muitas encostas e baixadas e chegando até a destruir barrancas e leitos dos rios destas três bacias, - isto além de impactar pontos específicos do litoral, no porto de Laguna, no terminal ferroviário e portuário de Imbituba, e na área industrial carboquímica (ICC desativada em 1991/2 após a privatização da Petroquisa/Petrofértil).

No meio do paraíso, uma ferida aberta, um bom pedaço de inferno: os escombros e a continuidade da atividade carbonífera.

Durante quase um século foram os esburacamentos por cima e por baixo do solo, forjando um novo relevo que, no total, embora não em área contínua, deve cobrir umas dezenas de milhares de hectares... com a formação de pilhas de rejeitos de mineração, e com contaminação química de todo o ambiente, terra, subsolo, ar e água.

Não somente por aqui, mas também em outros pontos da mesma formação carbonífera que chega próxima da superfície no Paraná e no Rio Grande Sul, o carvão mineral começou a ser minerado por baixo, cavando as galerias, e retirando parte do minério para fora,, após seleção manual das pedras.

Depois, passou-se a detonar as paredes rochosas das galerias e dos salões subterrâneos, e a lavar mecanicamente o minério. A operação visa obter o “recheio ” dos sanduíches de carvão [camadas poucos espessas, um metro, ou até menos de meio metro, espremidas entre camadas mais largas de siltitos, arenitos, xisto, calcário dolomítico]; mas, na prática, retira-se todo o minério abatido para a superfície, onde então será “beneficiado”, para se conseguir separar aquele carvão que estava ensanduichado na rocha.

Além das liberações de gás metano, que está impregnado nas camadas fósseis e areníticas e cujos bolsões podem sempre flashear, inflamar e explodir, o minério lavrado contém também resíduos de gás radônio, radiativo. No caso deste minério sul catarinense, todas as camadas vêm impregnadas da famosa pirita, de cor amarelo-cobreada, o “ouro de tolo”, composta de Sulfetos metálicos, principalmente Ferro e Manganês, mas com pequenas proporções de outros compostos metálicos pesados (p.ex. cádmio, cromo, arsênico, quase sempre, e chumbo, mercúrio, menos freqüentes).

Na época pioneira, o minério era separado manualmente lá em baixo, e britado e lavado depois na superfície, uma parte era vendido para queimar nas caldeiras dos trens da Estrada de Ferro Dona Teresa Cristina. A ferrovia passava pelos altos vales do Tubarão, Urussanga e Mãe Luzia, coletando a própria produção de carvão, além de transportar trabalhadores e mercadorias no sentido inverso, passando por Tubarão, - onde fizeram no começo de século XX a primeira usina termelétrica no distrito de Capivari, e seguindo até o porto de Laguna – onde era embarcado o carvão beneficiado para outras cidades brasileiras, para usar nos fornos de cimento e das fundições, para os gasômetros e outras usinas térmicas.’’

Arsenio Oswaldo Sevá – UNICAMP / SP

Sangue, suor e lágrimas

O desenvolvimento da região carbonífera de Criciúma baseou-se, inicialmente, apenas na mineração do "ouro negro". Milhares de toneladas foram retiradas de forma perversa, brutal e gratuitamente, debaixo da terra, sem nenhum reparo à natureza. “Que o diga a americana Marion”, uma das maiores “draglines” do mundo que deixou um dos maiores estragos nas áreas verdes e produtivas de Siderópolis/SC (atualmente encontra-se em São Mateus no Paraná). Apesar de o Código de Mineração ser instituído em Decreto-Lei de 29/01/1940, nunca foi

obedecido no tocante à recuperação das áreas degradadas pela extração do minério. As mineradoras nunca deram atenção aos enormes estragos que provocaram à natureza, desde a destruição da flora até a contaminação dos recursos hídricos.

Este crescimento foi produzido com o suor e sacrifício de milhares de trabalhadores mineiros. A história não pode omitir o sofrimento e o desgaste humano destes também "explorados" trabalhadores que convivem com uma das mais deprimentes condições de trabalho, vulneráveis às mais diversas doenças, além de viverem em permanente pânico com o risco dos desmoronamentos. *(Em 1984, dia 10 de outubro, na localidade de Treviso, Siderópolis, 33 mineiros morreram soterrados em consequência de explosão e incêndio na mina Santana).*

" 1.5 – Os operários das minas, antes atraídos pela esperança de uma vida mais digna, também foram lenta e gradativamente sendo corroídos pelas doenças adquiridas em razão das condições hostis de trabalho, transformando-se ao longo do tempo em uma legião de inválidos. Tal situação agravou-se a tal ponto que em sua fase áurea, a poluição atmosférica decorrente da exploração das jazidas de carvão respondeu por cerca de 70% das internações hospitalares, isto somente aqui, que em tais tempos ostentou com orgulho o título de Capital Nacional do Carvão."

" 1.5.1 - Em trabalho realizado pelos médicos Drs. Albino José de Souza Filho, Sérgio Alice e Valdir de Luca foi constatado que "a exploração do carvão vem acarretando sérios problemas de saúde na população", tais como "alta incidência de doenças respiratórias devido à liberação de dióxido de enxofre, outros gases e materiais particulados", bem como "pneumoconiose, doenças ocupacionais dos mineiros" e "asma ocupacional e bronquite industrial". Tal estudo também revela que "além do impacto do meio físico e biológico, as emissões de gases tóxicos e material particulado oriundos da explosão e uso do carvão mineral provocam grandes prejuízos à saúde humana. Dentre as principais substâncias responsáveis pela contaminação do ar encontram-se partículas em suspensão, dióxido de enxofre, óxido de nitrogênio, ozônio e ácido sulfúrico. Trabalhos realizados na região confirmam a alta incidência de doenças respiratórias, com elevado número de atendimentos ambulatoriais e internações hospitalares.

Por exemplo, avaliação realizada no Hospital São José de Criciúma, no período de junho de 81 a maio de 1982 mostrou que 55,5% das internações em Pediatria foram conseqüentes de doenças respiratórias. A poluição atmosférica está relacionada a uma maior incidência de infecções respiratórias, bronquite, asma brônquica e câncer de pulmão" (PNEUMOCONIOSE dos TRABALHADORES das MINAS de CARVÃO. Jornal de Pneumologia, p.57/66)."

" 1.6 - Os problemas causados pelo carvão podem ter origem em vários componentes resultantes de sua queima e o principal dos elementos é o enxofre, que combinado com o oxigênio resulta no dióxido de enxofre ou SO₂. Trata-se de um gás altamente prejudicial não só à saúde humana como a toda espécie de vida. Ao lado disso há também a possibilidade de formação das chamadas chuvas ácidas, resultantes da combinação do dióxido de enxofre com a umidade atmosférica."

"Ademais, tal situação prejudica seriamente a saúde da população, causando diversas doenças e aumentando os índices de outras, como a anencefalia." Extraído da Sentença Judicial de 05 de janeiro de 2000"

Extraído do relatório JICA.

"As condições de trabalho nas minas de subsolo de Santa Catarina são inseguras e insalubres. Os níveis de ruído, temperatura e pó geralmente ultrapassam os limites máximos aceitáveis. A maior parte das empresas não tem equipamento nem os procedimentos de segurança considerados de uso obrigatório em outros países, tais como equipes de resgate, auto-resgate para monóxido de carbono, aparelhos de respiração autocontidos para equipes de resgate, equipamento elétrico à prova de explosões, etc." (JICA).

Recentemente, os mineiros perderam a condição de aposentadoria após 15 anos de serviço, tendo agora que “trabalhar” 30 anos para conseguir o direito de aposentadoria, isto não é justo! Se o burocrata responsável pela idiota decisão conhecesse as condições de trabalho de uma mina subterrânea, com certeza reduziria o tempo de serviço para apenas 5 anos, ou poderia, num lampejo de decência, proibir este tipo de atividade. Atualmente, devem existir, aproximadamente, 1500 trabalhadores nas minas da região Sul de Santa Catarina.

O crescimento do Município de Criciúma, cidade pólo da Região Sul Catarinense, possui uma diversificada economia, desde a cerâmica, uma das maiores do País, do plástico, também de expressão nacional, e da metal-mecânica entre outras. Não mais existe extração ou exploração de carvão no Município de Criciúma. A última tentativa ocorreu em 1998, quando tentaram alterar o Plano Diretor para permitir a extração, no Morro Estevão e Albino, um dos poucos locais não degradados do Município. A votação na Câmara de Vereadores foi uma das mais polêmicas de sua história, ocorrida no prédio do Fórum da Comarca. Quando foi reprovada a permissão de minerar, os mineiros revoltados quase invadiram o prédio, numa demonstração de violência gratuita, incentivados por políticos locais.

Os agricultores do Morro Estevão e Albino resistiram, exemplarmente. Continuam a plantar e colher no local e ainda possuem água potável nas suas nascentes. Ao contrário de tantos outros, que sofreram com o êxodo para que a mineração avançasse, com a fúria devastadora, para privilegiar os interesses dos poderosos mineradores. Há fortes indícios de se voltar à extração de carvão no Município de Criciúma, inclusive com apoio da atual Administração Municipal. (Na campanha eleitoral, houve a promessa de dez mil empregos: para cumpri-la, a administração poderá vir a “vender o ar, a água, a flora e a fauna” que restam). A atual Administração frustrou as expectativas que tínhamos em relação a “abertura democrática ambiental”. Acreditávamos na promoção de discussões públicas sobre os impactos socioambientais que a poluição do carvão causa no cotidiano da coletividade de Criciúma e Região. Como cidade pólo e historicamente precursora da mineração teria o compromisso de promover debates públicos, a implantação dos novos instrumentos democráticos, tipo Agenda 21 e o Estatuto das Cidades. Pelo contrário, ocorreu um endurecimento e distanciamento com os compromissos ambientais.

Os outros municípios da Região Carbonífera não tiveram as mesmas oportunidades de Criciúma. Exemplo é Siderópolis, com suas terras totalmente degradadas pela mineração, alto índice de desemprego, além de graves problemas de saúde pública, com altos índices de câncer. O município deveria ser recompensado pelo Governo Federal, posto que a Marion, a super escavadeira da CSN, causou os maiores estragos já vistos na região sul do Brasil. Siderópolis é o exemplar resultado de “**caos planejado**”. Estão lá, verdadeiras planícies lunares: não é invenção ou “paranóia de ambientalista”; só não vê quem não quer.

Diagnóstico ou... o que estão tramando...

Em 1988, a JICA elaborou um dos mais completos relatórios sobre a degradação ambiental da região sul de Santa Catarina (bacias hidrográficas dos rios Araranguá, Urussanga e Tubarão), apontando “como um dos maiores desastres ambientais do País”. Na época, levantaram 4.700 (quatro mil e setecentos) hectares de áreas degradadas. Acreditamos que, atualmente, ultrapassam os 30.000 (trinta mil) hectares, considerando a degradação as margens dos rios afetados pela poluição do carvão. Registra-se oportunamente, que não houve nenhuma evolução na recuperação, apenas reuniões, projetos e muita promessa.

As mineradoras somente vieram demonstrar preocupação ambiental, depois da histórica sentença judicial (ano 2000), assinada pelo Juiz Federal Paulo Afonso Brum Vaz, da Justiça Federal de Criciúma, como resultado da ação promovida, em 1993, pelos Procuradores da República, Rui Sulzbacher e José Lira Soares (na época, no valor de Cr\$ 3.348.179.847.600.00 - Três trilhões...), condenando-as à recuperação do mal causado a natureza. A CSN – na época estatal - também foi condenada junto com a Fundação de Proteção ao Meio Ambiente do Estado de Santa Catarina (FATMA), esta por omissão.

No momento, a FATMA está em negociação com uma empresa norte-americana (SOLUTIONS) ligada à JICA, e, em convênio com a agência canadense CANMET, apoiada pelo CETEM do Ministério de Minas e Energia que, por sua vez, subsidia o Comitê Gestor gerenciado pelo SIECESC. Aparentemente, estuda um grande projeto de recuperação ambiental a ser apresentado ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID / IABD. Estimamos que serão necessários aproximadamente 500 milhões de dólares e muitos e muitos anos para a recuperação ambiental da região sul de Santa Catarina. Depois de uma certa pressão que exercemos para participar das discussões, convidaram-nos para uma reunião pública no Salão Ouro Negro da Prefeitura Municipal de Criciúma, com a presença da missão do BID de Washington. Se nós, como organização, ainda não entendemos muito bem o que se propõe e seus possíveis desdobramentos, imaginem a sociedade afetada que nada sabe sobre o futuro ambiental da sua região! A situação exige cuidados redobrados e a maior transparência possível para qualquer ação que venha a ser tomada com a promessa de recuperar um dos maiores (senão o maior) passivos ambientais do País.

Dependência nefasta

Em todo este processo há algo de tirânico merecendo atenção, reflexão e/ou estudo, que é a estreita relação dos políticos com a atividade de exploração do carvão. Um candidato a Vice-Governador declarou, recentemente, que atuará, se eleito, na área energética. (Senhor Candidato: já possuímos eficiência energética e há outras prioridades mais emergentes para o sul; basta consultar a sociedade). Apesar de, hoje, a atividade carbonífera produzir poucos empregos (em torno de 1500) em relação às outras atividades da região, consegue eleger muito mais representantes políticos do que as demais. Através da indústria da extração e exploração do carvão, direta ou indiretamente são eleitos vereadores, prefeitos, deputados e até senadores. O que intriga, no caso, é a dependência dos candidatos

com os votos que supõem ser da atividade carbonífera. Esta dependência não tem sido saudável para a melhoria da qualidade de vida da região sul de Santa Catarina, pois vários projetos foram aprovados apenas para o reerguimento da atividade carbonífera.

Nenhuma outra atividade recebe tanta atenção quanto a carbonífera; nenhuma outra recebe tantos benefícios; nenhuma outra recebe tantas isenções; nenhuma outra é tão defendida pelos políticos e pelo governo. Se fôssemos elencar as atividades responsáveis pelo crescimento das três mais importantes regiões do Estado seriam, com certeza: a exploração do carvão pela região sul; a indústria têxtil pela região norte e a suinocultura pela região oeste, sendo que as duas últimas nunca foram subsidiadas pelo governo. Sua matéria-prima tem custo: não é retirada de graça da natureza. O governo deveria direcionar a preocupação paternalista para atividades prioritárias, como a agricultura, ou para a educação, saúde e saneamento básico.

A inclusão do projeto da usina a carvão – USITESC (440 MW), no Programa Prioritário Energético (está incluída entre as 49 termelétricas para combater o apagão); a criação do Comitê Gestor – Decreto Federal de 14 de dezembro de 2000, estratégico instrumento usado como meio de recuperação ambiental, oficializado pelo Governo Federal, para cumprir (e prorrogar) a sentença condenatória da Justiça Federal (Já foram gastos dezessete milhões de reais (R\$ 17.000.000,00), conforme informação de um técnico do SIECESC, sendo 65% proveniente das mineradoras e 40% do governo – O MPF de Criciúma deve estar acompanhando a devida aplicação dos recursos por tratar-se de sentença judicial); a aprovação da Medida Provisória Nº 14 com favorecimentos à atividade, entre tantos outros benefícios, são clara demonstração do poder e fascínio que ainda exerce o "ouro negro" sobre os políticos e governantes.

Está a todo vapor, o Programa de Geração Térmica a Carvão Mineral Brasileiro – PRÓCARVÃO, outro instrumento de apoio ao setor, proposto pelos três Estados do Sul – PR/SC/RS, com isenções de Impostos de Importação e de Produtos Industrializados para facilitar a compra de equipamentos para as usinas.

O Comitê Gestor está estrategicamente aplicando os recursos da sentença no fortalecimento institucional da indústria do carvão, como também está investindo no resgate da cultura do carvão, quando a sentença é bem clara, exclusivamente na recuperação da natureza. É preciso esclarecer bem os objetivos do Comitê Gestor e as obrigações da sentença.

Outras atividades instaladas na região - de potencial industrial e econômico maior do que a atividade carbonífera - não recebem apoio e incentivos dos governos estadual e federal. Exemplificando: a atividade ceramista, atualmente, a que mais traz divisas e proporciona mais empregos para a região sul de Santa Catarina, está perdendo mercado por causa de estratégias e manobras ilegais de concorrentes de outros estados. Para penetrar no mercado catarinense, usam notas fiscais com cotação inferior. Houve uma discreta reação, por parte dos políticos locais, mas se o prejudicado fosse o carvão, com certeza o "lobby" político seria acionado, por meio de medidas provisórias, decretos e leis, para proteger o insustentável minério. Mesmo ineficientes, as mineradoras baseiam-se na Conta de Desenvolvimento

Energético – CDE (art. 13 da Lei 10.438), mais um “desesperado instrumento” criado para tornar a energia gerada pelo carvão competitiva com as outras.

Recente publicação da Organização das Nações Unidas (ONU), ver site www.ambientebrasil.com.br – “*resultado de estudos elaborados por cientistas de vários países - alerta e denuncia a morte de 5.900 norte-americanos por ano*”, declarou o cientista Eric Schaeffer, um ex-dirigente da EPA, a Agência de Proteção Ambiental dos EUA, causada pelos poluentes atmosféricos emitidos pelas usinas a carvão. (*a coletividade não a teme, por não causar mal imediato na sua saúde – percebendo-se, portanto, a falta de informação e educação ambiental da sociedade afetada*). Com estes péssimos e degradantes dados, os empresários do setor insistem em uma proposta suicida: a implantação da termelétrica a carvão USITESC/Carbonífera Criciúma – 440 MW, no Município de Treviso/SC, próximo aos Aparados da Serra, que comprometerá de vez os recursos naturais e a qualidade de vida da região sul de Santa Catarina e do norte do Rio Grande do Sul, atingindo, também, os ecossistemas dos parques nacionais de São Joaquim e de Itaimbezinho.

O paternalismo governamental está acabando nos países do primeiro mundo. Na França, Bélgica, Japão, Espanha e Inglaterra, os governos eliminaram ou reduziram, radicalmente, os subsídios à indústria do carvão, demonstrando compromisso com a Agenda 21 e com o Protocolo de Kyoto. Perceberam, oportunamente, que estavam na contramão da busca por uma melhor qualidade de vida para os seus respectivos países.

É neste caótico cenário que os empresários do setor com apoio governamental, tentarão instalar uma termelétrica a carvão, gerado pelo combustível fóssil mais poluente já conhecido, envaidecidos ou seduzidos pela “*ganância infecciosa*” que tão bem colocou o ícone do capitalismo selvagem, o Presidente do FED dos EUA, Alan Greenspan. Se existe dificuldade de abastecimento de água para a região, onde buscarão água para saciar a sede das poderosas turbinas ? Numa audiência pública na Câmara de Vereadores de Criciúma, sobre a transposição do Mãe Luzia, foi apresentado um anteprojeto de uma barragem (88 hectares) próximo as nascentes do único trecho ainda intacto do sofrido Mãe Luzia ou estão conjecturando ameaçar o maior reservatório de água subterrânea do mundo, o Aquífero Guarani ?

O artigo abaixo retrata porque temos medo da instalação de uma usina a carvão em uma região já debilitada, com seus recursos naturais totalmente comprometidos, para que mais sacrifício ambiental, se não temos nenhuma deficiência energética no sul do País.

“ Equívocos de uma política energética

por Heitor Scalabrini Costa - Professor Adjunto da Universidade Federal de Pernambuco

Coordenador do Núcleo de Apoio a Projetos de Energias Renováveis

Neste início de século, as fontes energéticas de origem fóssil: petróleo e derivados, carvão mineral e gás natural são responsáveis por 80% de toda energia consumida no mundo. A manutenção desse sistema energético, baseado nos combustíveis fósseis, é simplesmente insustentável, pois, além do próprio esgotamento de suas reservas, contribui substancialmente com o efeito estufa, a acidificação dos lençóis freáticos, o desflorestamento, além de ser um fator de instabilidade para a paz mundial.

Quando queimados, liberam gases altamente poluentes (gás carbônico, óxidos de nitrogênio e dióxido de enxofre), que são os grandes responsáveis pelos impactos ambientais, que colocam em risco a própria sobrevivência da raça humana, como é o caso do efeito estufa. O acúmulo de gás carbônico (CO₂) na atmosfera terrestre tem provocado o aumento da temperatura média da Terra, cujas evidências são irrefutáveis. Cientistas do Worldwatch Institute (USA) atestam que nos últimos 35 anos aconteceu uma diminuição da massa de neve/gelo nos Andes, Himalaia, Alpes e Montanhas Rochosas, e o volume da capa de gelo que cobre o Oceano Ártico encolheu em mais de 40%. As décadas de 80 e 90 foram os anos mais quentes do século.

É nesse contexto, que a opção do Governo brasileiro em ampliar a participação do gás natural na matriz energética brasileira, evidentemente, aumentará a poluição do meio ambiente decorrente principalmente da produção de energia elétrica. De acordo com o Plano Prioritário das Termelétricas (PTT), anunciado pelo Ministério de Minas e Energia, em fevereiro de 2000, serão construídas 49 unidades térmicas de geração elétrica, sendo que 42 alimentadas a gás natural, isso até o ano de 2003, quando a capacidade instalada será aproximadamente de 11.000 MW.”

Desabafo ou um “Grito da Terra, da Água, do Ar, da Fauna, da Flora e da Vida”

“A problemática verde, quando trabalhada pela grande mídia, não tem o tratamento adequado, o que provoca um desvio da informação correta, responsável e respaldada sobre o que ocorre com o meio ambiente. São comuns notícias sobre meio ambiente “viciadas”, ou seja, expostas de modo desconexo e desprovidas das interrelações com a esfera sócio-político-econômica. A maior parte dos veículos de comunicação, hoje, é composta de empresas comerciais, voltadas para o lucro, trabalhando seu espaço físico em função de anúncios e subjugando o conteúdo à publicidade, o que dificulta o desenvolvimento da cultura do jornalismo investigativo na área ambiental.

Cintia Rygard, Jornalista Ambiental São Paulo / www.jornalismoambiental.jor “

A mídia de Santa Catarina tem demonstrado clara simpatia pelo combustível fóssil, publicando e divulgando as ações da atividade, apenas nos aspectos socioeconômicos, e omitindo, descaradamente, os danos ambientais causados pela poluente indústria carbonífera. Consta que em um determinado órgão, nos colocaram em uma lista negra. Alguns órgãos de comunicação (Rádio, Jornal e TV) não divulgam nada que seja contrário aos interesses dos poderosos mineradores. *(Não interessam os ecologistas e o meio ambiente. A prioridade são nossos clientes...)* “Será mera coincidência se alguém afirmar ser o detentor de tal declaração”.

Para reforçar as afirmações acima, citaremos o infeliz incidente de veículo de comunicação remanescente da Ditadura, no qual o proprietário “invadiu” o estúdio,

apesar de propriedade do mesmo, mas via concessão pública, protestando (...e acabando com a entrevista) porque estávamos lendo o texto “Parabéns aos poluidores da Natureza” (www.contato.net) que coincidentemente citava amigos seus ligados a indústria do carvão. Acrescentando algumas exceções na imprensa escrita e falada, que portam-se de maneira imparcial, informando, esclarecendo, enfim contribuindo com o aperfeiçoamento democrático e ambiental.

“” Parabéns aos poluidores da natureza ””

Parabéns a brilhante e genial iniciativa dos políticos que estão apoiando a idéia do projeto da usina a carvão USITESC {avaliada em 1 Bilhão e meio de reais}, com o objetivo de defender e apoiar a poderosa indústria de extração, exploração e beneficiamento do carvão da região de Criciúma, quando quem precisa de apoio e proteção é a sofrida natureza degradada da região sul de Santa Catarina.

Parabéns aos políticos, por não terem lembrado dos Pescadores da bacia do Rio Araranguá, já que não conseguem mais sobreviver da pesca – uma das primeiras atividades da região, onde ajudava a gerar a economia do Município, promovendo a sobrevivência de milhares de famílias. A poluição do carvão acabou com os peixes da bacia do Rio Araranguá para fortalecer a indústria de extração do carvão na região carbonífera de Criciúma. { talvez se o rio tivesse um dono, como os das minas, ainda haveria peixe nos rios e os “explorados mineiros” poderiam viver da pesca junto com nossos pescadores e todos seriam mais felizes...e teriam mais qualidade de vida }

Parabéns aos políticos por também não lembrar-se do Agricultores que dependem da Água, prejudicados em sua atividade pela água poluída do carvão. O prejuízo para a agricultura é incalculável, tudo em detrimento do poluente lucro de poucos.

Parabéns aos políticos, por não lembrar-se da flora, principalmente da Mata Ciliar de toda a Bacia do Rio Araranguá, que, se ainda não foi cortada, está totalmente comprometida pela poluição do carvão, sem possibilidade de recuperação.

Parabéns aos políticos, por não terem lembrado da Água, recurso natural em “extinção” na região carbonífera de Criciúma, pois 2/3 da água está poluída pelos resíduos perigosos do carvão, justamente da indústria que o Deputado está beneficiando. Caso a barragem do Rio São Bento não seja concluída, haverão sérios problemas de abastecimento num futuro bem próximo. A ONU alerta que a ÁGUA neste século, será tão importante quanto o ouro ou petróleo foi no século XX.

Parabéns aos políticos por não terem lembrado da qualidade do ar que respiramos, que além dos diversos problemas de saúde principalmente pulmonares, a emissão de gases e cinzas tóxicas causam o efeito estufa na camada de ozônio, ocasionando o aquecimento global, alterando a climatologia da Terra, provocando chuvas demasiadamente em algumas regiões e estiagem em outras.

Parabéns aos políticos por não terem lembrado da fauna, principalmente da biodiversidade que margeiam os rios poluídos pelo carvão, não existem mais sapos, cobras ou microrganismos nestes locais, demonstrando que todo o ecossistema perdeu a sensibilidade ambiental.

Parabéns aos políticos por não terem lembrado, que 98% da Sociedade Civil da Bacia do Rio Araranguá não dependem da indústria do carvão. Indústria que explora aprox. duas mil pessoas, com péssimas condições de trabalho, baixos salários, sem segurança, além de cometer esta brutal agressão à natureza, tudo isso, para enriquecer os poderosos e magnatas donos das minas.

Com vontade política é possível buscar outras atividades para os sofridos mineiros. Porque não incentivar a agricultura, a indústria cerâmica, vestuário, metal mecânica atuais vocações econômicas da Região... ou o eco turismo, só não procede é voltar no tempo e apoiar um dos combustíveis fósseis mais poluentes que se tem conhecimento.

TS - Sócios da Natureza

Folha de São Paulo, o único meio de comunicação de expressão nacional que atendeu ao chamamento da Ong Sócios da Natureza, fazendo uma excelente matéria publicada no dia 28/12/2000, com o título "EXPLORAÇÃO DE CARVAO POLUI SUL DE SC"

Em breve, o IPAT/UNESC⁵ defenderá um cenário favorável à instalação da usina a carvão (USITESC) na região mais degradada ambientalmente do País, quando concluir o Estudo de Impacto Ambiental - EIA-RIMA. Com certeza, desapontará a coletividade que acredita na Universidade, como patrocinadora de mecanismos que busquem uma melhor qualidade de vida para a região sul do Estado. Paralelamente, professores do curso de Engenharia Ambiental tentam trabalhar as "mentes e corações" dos alunos a visualizarem as ONGs e ambientalistas como estorvos do progresso. Complicado, não? Acrescentando que, alguns Professores da instituição acreditam e defendem que as mudanças ocorrerão com aplicação de políticas socioambientais, concordam que a indústria carbonífera comprometeu e ainda compromete os recursos hídricos da região sul, mas são receosos e cautelosos quando se trata de expor ou defender suas posições publicamente.

A FATMA não tem protegido a natureza da Região Carbonífera desde a sua implantação, haja vista a condenação (por omissão) promovida pela Justiça Federal. É inacreditável, mas é verdade! Se a FATMA seguisse a Lei N° 9.605/98 (Crimes Ambientais), e atendesse às denúncias das ONGs, com certeza o pH das águas do Rio Araranguá não estaria com apenas 3,0. Por ser a estrutura funcional dependente de acordos políticos partidários, a FATMA sofre um imenso desgaste de credibilidade junto à sociedade civil catarinense.

O Fundo Nacional do Meio Ambiente destinou recursos na ordem de um milhão de reais à recuperação das áreas degradadas, ainda não entendemos o porque, mas o Ministério Público Federal que conduziu a comissão formada por órgão e entidades para discutir a melhor aplicação da verba, da qual fazíamos parte. Dentre as propostas da ONG, constou a sugestão da compra de veículo para a POAM de Criciúma e elaboração de cartilhas e placas de cunho ecológico. A viatura foi adquirida, as placas foram confeccionadas, mas as cartilhas foram vetadas pelo SIECESC, representando mineradoras condenadas. A forma autoritária de um

⁵ UNESC - Universidade do Extremo Sul Catarinense – IPAT – Instituto de Pesquisas Ambientais - Localizados em Criciúma.

empresário da mineração em não concordar com as cartilhas, foi até constrangedora, afinal estávamos na sala dos Procuradores da República. Este mesmo senhor, já exaltado declarou ironicamente que ao sair do recinto iria pegar uns dois ou três e formar uma ONG. De nada resultou, as áreas ainda não foram recuperadas, apenas a viatura da POAM e as placas de educação ambiental. (a comissão era formada pelo IBAMA, SDM, FATMA, UNESC, UNISUL, ONGSN, MPE, MPF)

A Polícia Ambiental tem feito o possível para cumprir sua missão. O pelotão de Criciúma não possui estrutura para atender a todo o extremo sul do estado: faltam veículos e contingente policial. Estamos solicitando junto ao Governo do Estado, um núcleo para Maracajá, com o propósito de facilitar melhor atendimento às duas regiões – AMESC e AMREC. Por outro lado, várias atuações da “POAM” foram neutralizadas pela interferência do Ministério Público ou da FATMA, ao fornecer “licenciamentos políticos”. O fato do pelotão estar localizado dentro do Batalhão tem prejudicado, em muito, a eficiência da ação ambiental.

O Ministério Público Estadual tem sido omissos nas questões ambientais, principalmente no tocante à poluição causada pela indústria carbonífera, tanto nos municípios que possuem mineração quanto nos que recebem os resíduos do carvão (Maracajá – Araranguá). Recentemente (julho/2002), o Ministério Público da Comarca de Araranguá decretou a demolição de todos os pesqueiros situados às margens do Rio Araranguá (quando deveria ter promovido um “ajuste de condutas”, onde seriam definidos critérios para a permanência dos pescadores nativos que dependem da pesca como sobrevivência, já que, em uma outra situação, “aprovou” uma residência em área de preservação permanente – APP, no Santuário Ecológico do Morro dos Conventos), por estarem prejudicando a mata ciliar. Mas, e o prejuízo que a poluição do carvão causa aos recursos hídricos e à mata ciliar, não é infinitamente maior ?

O Ministério Público Federal, por meio da Procuradoria da República de Criciúma, pouco tem feito para resolver o gravíssimo problema causado, irresponsavelmente, pelas mineradoras que não tratam os efluentes devidamente e não mantêm o sistema das bacias de decantação impermeáveis, infringindo frontalmente a Lei 9.605/98. Em 2001, solicitamos ao MPF que determinasse à FATMA a realização de uma segunda Audiência Pública (Art. 2, Resolução 009 de 1987) para a Mina Esperança, no Município de Treviso, devido a uma série de controvérsias no EIA-RIMA apresentando, inclusive, uma clara deficiência de informações técnicas acerca das especificações das bacias de decantação e sobre o tratamento de efluentes. Informações extra-oficiais afirmam que a mina Esperança recebeu a licença e está funcionando como outras tantas, haja vista a permanência e insistência do baixíssimo e insustentável pH nos recursos hídricos das Bacias Hidrográficas do Araranguá e do Urussanga.

(O CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE - CONAMA, no uso das atribuições que lhe conferem o Inciso II, do Artigo 7º, do Decreto nº 88.351, de 1º de junho de 1983, e tendo em vista o disposto na RESOLUÇÃO/CONAMA/N.º 001, de 23 de janeiro de 1986, RESOLVE: Art. 1º - A Audiência Pública referida na RESOLUÇÃO CONAMA nº 001/86, tem por finalidade expor aos interessados o conteúdo do

*produto em análise e do seu referido RIMA, dirimindo dúvidas e **recolhendo dos presentes as críticas e sugestões a respeito.***
*Art. 2º - Sempre que julgar necessário, ou quando for solicitado por **entidade civil**, pelo Ministério Público, ou por 50 (cinquenta) ou mais cidadãos, o Órgão de Meio Ambiente promoverá a realização de **audiência pública**)*

A paralisação total das minas não mais reivindicamos. As poderosas “forças ocultas” que defendem a atividade carbonífera e acreditam como necessária para o progresso da região nunca permitirão. O próprio MPF tem agido de maneira cautelosa, com o argumento do direito difuso, sabem que a mineração causa danos a natureza mas ao mesmo tempo promove emprego e crescimento econômico (principalmente para os donos das minas - Viva o capitalismo, Viva o Bush). Com certeza os Procuradores sabem das conseqüências que a omissão provoca e constrangem no tratamento das legislações de proteção ao meio ambiente, principalmente quando o minerador conquista a simpatia como “empreendedor do verde” e por vezes age como um verdadeiro ambientalista, mesmo que seja apenas (forçado) para cumprir uma sentença judicial.

As Prefeituras Municipais da Região Sul, afetadas pela poluição do carvão, deveriam adotar programas preservacionistas (poucas dão atenção a temática ambiental), assegurando a integridade dos seus recursos naturais que ainda não foram comprometidos, como também proporcionar ou facilitar a discussão com a coletividade, que desconhece a maioria dos problemas que a poluição causa à saúde pública.

Araranguá e Maracajá, são municípios que não recebem os recursos da Compensação Financeira sobre a Exploração de Recursos Minerais - CFEM (*estabelecida pela constituição de 1988, Lei 8.876/94, em seu art. 20, § 1o, é devida aos estados, ao distrito federal, aos municípios, e aos órgãos da administração da união, como contraprestação pela utilização econômica dos recursos minerais em seus respectivos territórios*), por não possuírem mineração em seu território, mas ironicamente recebem toda a carga poluidora da mineração através das águas do rio Mãe Luzia (pH 2,6). Uma grande empresa de criação de camarão abandonou a atividade por causa do baixo pH da água, inútil e incompatível para qualquer atividade, sem falar no prejuízo aos pescadores nativos que dependem da pesca para sobreviver e dos agricultores quando necessitam de água para desenvolver suas atividades. Algo precisa ser feito para amenizar o prejuízo social e econômico que estes municípios amargam em detrimento ao “enriquecimento” dos carboníferos. OBS. A administração do CFEM, cabe ao Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM, ficando assim distribuída arrecadação: 12% para a União {DNPM e IBAMA} – 23% para o Estado e 65% para o município produtor)

A CASAN⁶ está construindo a Barragem do Rio São Bento (450 hectares alagados e um custo de 50 milhões de reais) quando deveria ser custeada pelas mineradoras como medida compensatória pelos danos causados aos recursos hídricos da região (mais de 70% estão comprometidos). Com a escassez de água potável, funcionários da Companhia de Águas insistem em defender a mineração e a

⁶ CASAN - Companhia Estadual de Águas e Saneamento,

instalação da termelétrica a carvão (USITESC): devem desconhecer o nocivo e comprometedor efeito que a chuva ácida causará à água da Barragem do São Bento, que foi construída por causa da poluição do carvão e que novamente poderá contaminar-se, colocando em risco a saúde da população. Devido a estas posições, solicitamos ao Ministério Público Federal (MPF/Criciúma) um ajuste de condutas, onde constasse em termo de compromisso, o devido uso da água da Barragem, atendendo, prioritariamente, ao abastecimento humano, à dessedentação de animais e se não houver falta, à agricultura, desde que ecologicamente correta (Lei nº 9.433, de 1997). Concluindo, solicitamos a proibição terminante do uso para qualquer atividade que envolva a mineração. Faz mais de um ano que encaminhamos, aos Procuradores da República de Criciúma, nossas solicitações, inclusive com denúncias sobre irregularidades no fornecimento de licenças expedidas pela FATMA, mas, até o momento, o MPF não nos atendeu.

OBS. Uma das observações levantadas no documento, citava a preocupação do Prof. Luis Fernando Scheibe, Doutor em Geologia - Departamento de Geociências da UFSC, quanto a segurança da barragem, lembrando que a conclusão do EIA-RIMA se deu no dia 15 de dezembro, por exemplo, e a maior precipitação de chuvas na região aconteceu no dia 25 de dezembro, mais precisamente nas encostas da Serra Geral. Portanto não havia sido considerada para efeito de cálculos de engenharia. Até o presente momento nada foi respondido ou informado a respeito.

Um depoimento:

“Como estudante de história, no mínimo, creio que devemos aprender com os erros do passado para que eles não se repitam no presente. Recentemente, estive no norte da Itália, e uma das coisas que mais me chamou a atenção foi a tragédia de Vajont.

Belluno é uma província do Vêneto e nela se localiza parte dos Alpes italianos. Próximo à capital da província, localiza-se uma pequena cidade chamada Longarone. Na praça central, existe placa em português homenageando a cidade de onde partiram os imigrantes que deram origem a Urussanga.

Fui a Longarone também para ouvir de um sobrevivente da tragédia de Vajont o que aconteceu na bucólica cidade no final da década de 60. Neste período, o governo construiu uma usina para a produção de energia elétrica. A barragem de 275 metros de altura foi construída entre duas grandes montanhas. No entanto, pouco antes da inauguração, uma das montanhas que circundavam a represa desabou e caiu dentro do lago. Em questão de segundos, formou uma onda de aproximadamente 100 metros, arrasando Longarone e outras cidades próximas, como Casso. Mais de 2 mil pessoas morreram naquela noite.

Próximo à barragem, que esta lá do mesmo jeito desde a tragédia, ergueu-se uma igreja, na realidade um monumento aos mortos, onde se pode ver o que sobrou das colunas e de um antigo sino de bronze, partido ao meio.

Laércio José Pavanello **Fonte: Jornal A Notícia, 28/04/99, seção Opinião”**

Conclusão: Sobrevivência ameaçada

O artigo abaixo é oportuno e particularmente peculiar com aspectos da região sul de Santa Catarina, serve de lição.

Castigo do céu

A chuva ácida faz cair sobre o homem a poluição que ele mesmo lança ao ar. As gotas contaminadas estão envenenando florestas e lagos, corroem monumentos e podem fazer mal à saúde.

Por Martha San Juan França

“ Os lagos saudáveis em toda a Escandinávia, aqueles dos cartões-postais, teriam um pH em torno de 7,0. Em muitos deles, esse valor baixou para 5,0. A acidez matou algas, plânctons e insetos. Sem esta vida microscópica, as águas adquiriram uma transparência não natural. Depois, à medida que o pH baixava, desapareceram os peixes, em especial salmões e trutas. Enfim, os pássaros, sem ter o que comer, também sumiram. Na primeira Conferência Mundial do Meio Ambiente, realizada em Estocolmo, em 1972 (a próxima, por sinal, será no Brasil, em 1992), os suecos deram o alerta. Se a guerra química do homem contra a natureza continuasse, em cinqüenta anos, calcularam eles, metade dos lagos de seu país estariam mortos. Por ironia da sorte — ou mais exatamente devido ao complexo mecanismo do clima no planeta —, suecos e noruegueses estavam arcando com um desastre armado a bons mil quilômetros de distância, na nevoenta e industrializada Inglaterra.

As correntes de ar que se deslocavam do oceano para o continente carregavam a maior parte dos 5 milhões de toneladas anuais de dióxido de enxofre expelidas pelas centrais elétricas movidas a carvão das Ilhas Britânicas. Quando alcança o sul da Noruega e o sudoeste da Suécia, a mistura poluída se precipita sob a forma de chuva. Calcula-se que algumas regiões da Suécia chegaram a ser contempladas todo ano com um presente de grego: 2 gramas de ácido sulfúrico por metro quadrado de chão. A Península Escandinava não foi a única premiada. As emissões de dióxido de enxofre na Europa na última década foram estimadas em 70 milhões de toneladas anuais. Esses gases não respeitaram fronteiras: Alemanha Ocidental, França, Checoslováquia, União Soviética, Itália e Espanha tiveram sua cota de participação no involuntário comércio internacional de poluição. No Brasil, a termelétrica de Candiota, em Bagé, Rio Grande do Sul, por queimar carvão de má qualidade, acidifica as chuvas que caem no Uruguai. Paradoxalmente, até as medidas antipoluentes adotadas na década de 70 contribuíram para o mercado exportador da chuva ácida. Foi o que aconteceu, por exemplo, no Parque Nacional de Adirondack, uma extensa área verde no nordeste dos Estados Unidos com montanhas e lagos aprazíveis, protegidos por uma rigorosa legislação de defesa do meio ambiente. Ninguém imaginaria que naquele paraíso terrestre houvesse qualquer sinal de poluição. Mas em 1976 constatou-se que os peixes de mais da metade dos lagos de Adirondack haviam desaparecido. De onde veio o veneno que teria acabado com eles? O autor do crime estava a cerca de 800 quilômetros do Parque. Trata-se do complexo siderúrgico de Sudbury, em Ontário, no Canadá.”

Estamos pensando que, talvez já tenhamos sido seduzidos também pelas estratégicas campanhas publicitárias promovidas pelo Sindicato das Indústrias de Extração de Carvão de Santa Catarina (SIECESC), elogiando a atividade, inclusive ambientalmente (já tem até usina verde, sic !), pois não lutamos mais pelo fechamento das minas: apenas estamos “implorando” para que os efluentes líquidos sejam tratados adequadamente e que as bacias de decantação sejam construídas de acordo com a lei ou que, no mínimo, sejam impermeáveis. Só isso!

“Disposição dos Efluentes - A água do beneficiamento, dos pátios de depósitos de carvão, das pilhas de rejeitos (gerada pela chuva) bem como das atividades subterrâneas de mineração de subsolo, normalmente convergem para a bacia de decantação, próxima ao lavador. Seus vários usos na mina (atividades de lavagem, supressão de poeira durante a perfuração, etc.) não absorvem a água, e o excesso, que varia de lavador para lavador, resulta em vazões que vão desde 40 até mais de 3500 m³/h. Estes efluentes são liberados em sua maior parte sem qualquer tratamento, o que contribui para a poluição dos cursos d’água da região sul, principalmente nas bacias dos rios Araranguá, Urussanga e Tubarão.

“Não há razão pelas qual as empresas de mineração de Santa Catarina não possam cumprir os regulamentos ambientais. A maior parte das empresas tem capacidade técnica de fazê-lo. Elas não o estão fazendo, em parte, porque o ambiente circundante já está poluído e não tem a cultura empresarial para fazê-lo, porque não estão sob pressão para realizá-lo e ainda porque isso também implicaria em trabalho adicional e aumento do custo de produção.” (Relatório JICA)

Nossas terras estão inaproveitáveis, para qualquer tipo de atividade, e nossos recursos hídricos, contaminados; nossa flora está comprometida, principalmente a mata ciliar (altas concentrações de chumbo, cromo e manganês, misturados com sulfato, ferro, alumínio e enxofre, geram uma salada de acidez insustentável. Nada se cria nestes locais, sapos e cobras – bioindicadores de qualidade ambiental – não são mais encontrados).

Se continuar esta gananciosa fúria pelo lucro ou enquanto o lucro for prioridade, cada vez mais aumentará o cenário deste planejado caos ambiental. Chega de tanta agressão à natureza: “ainda é possível uma possível recuperação”. A região sul de Santa Catarina já deu a sua cota de contribuição à nação. Chegou a hora dos Governos retribuírem, criando e apoiando os projetos de desenvolvimento e, principalmente, a recuperação do passivo ambiental de forma séria, transparente e eficaz.

“Os recursos naturais da Terra estão sendo utilizados mais depressa do que o planeta pode renová-los”, diz estudo em recente publicação na revista da Academia Nacional de Ciências dos Estados Unidos (www.ambientebrasil.com.br). Os pesquisadores calculam que a demanda começou a superar a oferta de recursos há cerca de 20 anos. O aumento no consumo de energia seria o fator de maior contribuição para a dilapidação dos recursos. Apontaram que o aumento partiu da geração, através dos combustíveis fósseis e, com isso, produziu-se dióxido de carbono, o principal gás responsável pelo Efeito Estufa. Para contribuir ainda mais com a emissão de CO₂, há dezoito anos, mineradores gaúchos tentam concluir a usina a carvão Jacuí II, no Município de Charqueadas e no Rio de Janeiro, as mineradoras cariocas tentam aprovar o projeto de uma usina termelétrica no Município de Itaguaí, com o uso de carvão importado.

Apesar de não haver autor, o artigo abaixo é espetacularmente didático e de coincidências indiscutíveis, não há como não perceber.

CHUVA ÁCIDA

As indústrias químicas e as centrais térmicas jogam na atmosfera produtos contaminadores, como os gases dióxido de enxofre e monóxido de nitrogênio os quais, com a ajuda do ozônio das camadas baixas da atmosfera, oxidam-se e, com a umidade da

chuva, convertem-se em ácidos que se espalham pela terra, águas, árvores, plantações. O solo perde a fertilidade e os animais terrestres, aquáticos e aves, acostumados com ambientes limpos não se adaptam a esses terrenos que perdem sua vegetação natural.

Quais os efeitos da chuva ácida sobre a saúde? Suspeita-se da existência de riscos indiretos para a saúde humana, causada por metais como chumbo, cobre, zinco, cádmio e mercúrio, liberados dos solos e sedimentos por causa do aumento da acidez. Esses metais podem atingir as águas subterrâneas, rios, lagos e correntes usadas para a provisão de água potável e ser introduzidos nas cadeias alimentares que chegam ao homem. Deste modo, o homem pode apresentar sérios problemas neurológicos após anos de ingestão de água de chuva não tratada ou através do peixe contaminado por metais pesados.

Quais os efeitos da chuva ácida sobre o solo e a vegetação? A solubilidade de metais potencialmente tóxicos como o alumínio, manganês e cádmio são dependentes do pH e aumentam rapidamente com a diminuição do pH da solução do solo. O alumínio é fitotóxico e causa prejuízos ao sistema de raízes, diminuindo a habilidade das plantas para absorver os nutrientes e a água do solo, afetando o crescimento das sementes e a decomposição do folheto, e interagindo sinergisticamente com os ácidos para aumentar o prejuízo às plantas e aos ecossistemas aquáticos. Outro efeito líquido sobre a vegetação é a redução no seu crescimento ou, no pior caso, a morte, devido não só à lixiviação dos nutrientes como o magnésio e o potássio pelo percolado ácido, mas também por causas secundárias afetando a planta enfraquecida.

Quais os efeitos da chuva ácida sobre os ecossistemas aquáticos? Um lago ou uma represa acidificados parece limpos e cristalinos, mas não contém vida. Os seres vivos são afetados não só pela acidez da água em si, que interfere em seus processos fisiológicos, mas também pela solubilização e mobilização de metais tóxicos à vida aquática. Em geral, à medida que o pH da água se aproxima de 6,0, algumas espécies de crustáceos, insetos e plânctons começam a desaparecer. Em pH próximo a 5,0, ocorrem variações mais significativas na comunidade planctônica, algumas espécies de musgos e plânctons começam a proliferar e inicia-se uma progressiva perda de algumas populações de peixes menos tolerantes à acidez. Abaixo de pH 5,0, a água é relativamente desprovida de peixes, e o fundo do lago é recoberto com detritos orgânicos, já que as bactérias têm suas funções prejudicadas em ambientes ácidos, o que provoca uma redução na taxa de decomposição de matéria orgânica e um conseqüente aumento de detritos na água. A interferência na ciclagem de nutrientes é a principal conseqüência da alteração das comunidades de microdecompositores.

Quais os efeitos da chuva ácida sobre os materiais? A chuva ácida acelera a corrosão da maior parte dos materiais empregados na construção de edifícios, pontes, represas, equipamentos industriais, redes de canalização de água, depósitos de armazenamento subterrâneos, turbinas hidrelétricas e cabos elétricos e de telecomunicações. Pode também desgastar e descolorir monumentos antigos, prédios históricos, esculturas, ornamentos e outros objetos culturais importantes. A pintura dos automóveis, o concreto e o vidro das edificações também se deterioram rapidamente com a acidez da chuva.

Essa poluição não afeta apenas a vizinhança da indústria que a produz, mas é levada a grandes distâncias pelo vento, o que torna seus efeitos imprevisíveis.

file:///home/daniel/acida_arquivos/ch

A chuva ácida é uma das principais conseqüências da poluição do ar. As queimas de carvão ou de petróleo liberam resíduos gasosos, como óxidos de nitrogênio e de enxofre. A reação dessas substâncias com a água forma ácido nítrico e ácido sulfúrico, presentes nas precipitações de chuva ácida.

(Texto extraído do site www.geocities.yahoo.com.br / sem autor

Resistência

A ONG Sócios da Natureza, tem lutado contra a poluição do carvão desde sua criação em 05 de junho de 1980, Dia Mundial do Meio Ambiente. Entre passeatas e seminários realizados, vale ressaltar a importância e mérito do abaixo-assinado com trinta mil (30.000.00) assinaturas contra a poluição do carvão, entregue em mãos ao Governador Esperidião Amin em 1990. Acrescentando ainda o sucesso do seminário **“O impacto ambiental da poluição do carvão em nossas vidas”** com a participação de trezentas (300) pessoas. (Histórico da ONGSN – www.contato.net). Resultado de um ajuste de condutas, a ONGSN confeccionou 44 placas com frases de efeito ecológico e distribuiu em pontos estratégicos da região carbonífera, quando para nosso espanto, recebemos dois estranhos comunicados: Primeiro foi da Prefeitura de Criciúma, alertando que haviam retirado as placas que continham o nome de Criciúma associado ao Decreto 85206/80, que declarava a região como uma das 14 mais poluídas do Brasil, a pedido do CDL e da ACIC. O segundo foi do DNER, dando um prazo de 30 dias para a retirada das placas às margens da Br101, porque os mineradores também queriam colocar, com certeza em resposta ao que lá estava escrito.

‘A CACHOEIRA DA VIDA’

Exemplar e surpreendente a motivação demonstrada pelas comunidades Vila Macarine/Criciúma e Caravágio/Nova Veneza, contra possível mineração em área ainda preservada e privilegiada pela natureza, com uma bela seqüência de cachoeiras - as únicas no Município de Criciúma. O ato de cidadania ocorreu sábado, dia 27/04/2002, na divisa entre os dois municípios.

É oportuno deixar claro que concessão de lavra não dá direito a mineradora explorar o minério. Tudo o que está embaixo da terra pertence a União, portanto o minério também é da comunidade que vive na região. Somente a Licença Ambiental dá a mineradora o direito de "explorar o minério gratuitamente". Nenhum órgão dá ao minerador o direito de poluir e comprometer o equilíbrio da natureza. A legislação ambiental é bem clara, só não a aplica quem não quer, por algum interesse ou para atender interesses de outros.

Não podemos permitir que a Fundação de Proteção ao Meio Ambiente - FATMA, conceda mais uma licença irregular.

Não podemos permitir que a atual Administração do Município de Criciúma seja conivente com esta atividade reconhecidamente predatória.

Não podemos permitir que o Ministério Público deixe a comunidade desprotegida por ações contrárias a legislação vigente.

Não podemos permitir que mais um manancial de água potável do Município de Criciúma venha ser poluído pelos resíduos perigosos do carvão.

Não podemos permitir que terras produtivas tornem-se inaproveitáveis para atender interesses imediatistas de lucro para poucos.

Não podemos permitir que a qualidade de vida de uma comunidade seja comprometida por causa de alguns empregos temporários e mal remunerados.

Não podemos permitir que ações isoladas venha interferir nas necessidades das atuais gerações e comprometer os direitos das futuras gerações, que necessitarão de um meio ambiente saudável e ecologicamente equilibrado (Agenda 21).

Parabéns a comunidade pela resistência em favor da flora, da fauna, da água e “viva a cachoeira que não quer morrer” !!!

TS - Sócios da Natureza

O “Movimento pela Vida” (Fórum Ambiental Sul), a associação de ONGs e os Movimentos Sociais da região sul catarinense estão desenvolvendo a campanha do “VOTO LIMPO, uma atitude ecologicamente correta”, independentemente de sigla partidária. Seus princípios e objetivos são contrários a qualquer candidato/político que defenda o desenvolvimento baseado na degradação ambiental. O Movimento pela Vida, depois de mais um ano tentando conseguir patrocínio, realizará no dias 20 e 21 de setembro o seminário Fórum sul Ambiental, na cidade de Criciúma.

Acreditamos que a “Educação Ambiental” é um princípio básico indispensável para a preservação dos recursos naturais. Por isso, insistimos na devida implantação dos novos instrumentos que a sociedade tem a seu dispor, a começar pela incorporação dos apontamentos da Agenda 21, que prega a erradicação da pobreza com equilíbrio ambiental e aponta a discussão por novos modelos de desenvolvimento que sejam viáveis e sustentáveis. (*Lei Nº 9.795/99 – Art. 1.º Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade. Art. 2.º A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não formal).*

Acreditamos que a implantação do Estatuto da Cidade, enriquecido com suas diretrizes socioambientais e programas de ordenamento urbano, devidamente acompanhado por segmentos organizados da sociedade, trará benefícios para a construção de cidades saudáveis, socialmente justas e com desenvolvimento econômico. A implantação da Agenda 21 e do Estatuto da Cidade, serão de grande valia, transformadora e histórica para a administração que facultar esta oportunidade à coletividade. Oportunamente observando que, todos estes instrumentos disponíveis à sociedade, se não forem atentamente bem conduzidos, podem tornar-se uma faca de dois gumes. A exemplo das audiências públicas, onde geralmente o órgão promotor ou licenciador tem mania de boicotar a fala do público, abrindo maior espaço de tempo ao empreendedor. Por isto, a participação dos segmentos organizados da sociedade deve ser indispensável.

É preciso estar atento na elaboração dos EIA-RIMAs, *dificilmente o cenário é desfavorável ao empreendedor* (Prof Lewgoi da UFRGS). A escolha do instituto, universidade ou consultoria para elaborar o EIA-RIMA não poderia ser da responsabilidade do empreendedor, apenas o custo do trabalho. É outra situação bem complicada, não ?

Acreditamos também nas diretrizes da Lei N° 9.433/97 que institui os Comitês de Bacias, de forma descentralizada, integrada e participativa, objetivando a preservação dos recursos hídricos. (oportunidade em que a sociedade pode governar, no caso os recursos hídricos, sem ser governante).

Os Comitês de Gerenciamento das bacias hidrográficas dos rios Araranguá, "Urussanga" e Tubarão, deveriam, de forma articulada, procurar alternativas para a recuperação ambiental dos seus recursos hídricos. Uma parceria possível é através do Fórum de Desenvolvimento Regional, que também engloba vários segmentos da sociedade civil e consta em suas prioridades, o desenvolvimento sustentável. Em contato com Técnicos do BID, informaram da grande possibilidade do Banco vir a atender um projeto oriundo de uma sociedade afetada ambientalmente, naturalmente que com intermediação dos Governos Estadual e Federal.

Propostas e Soluções

Propomos ações e programas que realmente possam solucionar o gravíssimo problema da poluição provocada pela atividade de exploração e extração do minério carvão, considerado o mais poluente dos combustíveis fósseis:

1. Que seja urgentemente programado um calendário para a realização de audiências públicas, que realmente sejam públicas, em locais neutros, com a indispensável participação de segmentos representativos da sociedade, com o objetivo de esclarecer a sociedade dos danos causados até agora e das propostas dos mineradores para o futuro. A discussão pública do caos ambiental é aparentemente proibida na região. Os órgãos ambientais, as prefeituras, os sindicatos, as associações, os comitês de bacias, a classe política, os fóruns, as entidades, as universidades, as ONGs, as mineradoras, os mineiros e os MPs deveriam estar debatendo a questão, norteados pelos apontamentos da Agenda 21. É urgente a necessidade de encararmos a situação como um desafio, mas principalmente pela responsabilidade que temos para com as atuais e futuras gerações.
2. Que seja urgentemente implantado nas três bacias hidrográficas (Araranguá, Urussanga, Tubarão), Programas de Educação Ambiental (Lei Federal N° 9.795/99), através de seminários, cursos de capacitação, cartilhas, vídeos e outras tantas formas de conscientização, informação e esclarecimento, principalmente as comunidades afetadas pela poluição do carvão
3. Que seja urgentemente definida a aplicação da lei (Lei N° 9065/98 e Art. 225 da Constituição), de forma rigorosa, pelo menos no tratamento dos efluentes da mineração, com a construção de bacias de decantação decentes, que realmente "decantem" os resíduos perigosos do carvão.
4. Que seja adotado urgentemente o compromisso da recuperação de áreas degradadas, mas recuperação de verdade, não esta enganação que vem sendo executada. A espessura do aterro não pode ser inferior a um (01) m de altura e obrigatoriamente deve ser executado um muro de contenção/arrimo (de concreto)

para conter a contaminação no caso de chuvas sob a área recuperada. O rejeito do carvão deve voltar a “mesma situação primitiva” de forma a não oferecer risco de infiltrações e contaminações aos recursos hídricos.

5. Que seja urgentemente esclarecida a forma como o Governo Federal está destinando recursos ao Comitê Gestor, para a recuperação das áreas degradadas (informações extra-oficiais afirmam já ser superior a dez milhões de reais - R\$10.000.000,00), resultado da sentença condenatória pelos danos provocados pela CSN (agora privatizada), poderiam estar sendo destinados também a programas de apoio aos sofrendores mineiros que nunca fizeram proveito da “mais valia” de seu trabalho. Mineradores enriqueceram desproporcionalmente, explorando o minério de graça, com subsídios governamentais e repetindo o Alan Greenspan, numa “ganância infecciosa” exploram também o trabalho de cidadãos, que não havendo uma outra atividade para o sustento familiar, submetem-se permanentemente ao risco de vida e a vulnerabilidade das mais diversas doenças, principalmente a pneumoconiose.

E por final, fazendo uma breve avaliação superficial da longa trajetória e dos resultados socioeconômicos que atividade carbonífera deixou como herança, sob o contexto custo - benefício, aparentemente não foi produtivo e enriquecedor, como preconizam seus defensores. A região sul catarinense sempre foi uma das mais pobres do Estado, com uma baixa renda per capita. Se houve enriquecimento, foi para os poucos proprietários de minas. Basta tomarmos como exemplo o Município de Siderópolis:

Desafiamos quem aponte os benefícios que a mineração trouxe ao Município de Siderópolis ?

A SATC tem algum programa de atendimento aos filhos dos mineiros ou aos aposentados que ajudaram a construí-la ?

O que as mineradoras fizeram por Siderópolis, além de sugarem a “alma e o sangue” da terra ?

O que o SIECESC faz por Siderópolis ?

O que o Estado faz por Siderópolis ?

O que a União faz por Siderópolis?

{ - Desde sua descoberta, festejada quase em segredo sob a mata virgem, até os tempos atuais, o carvão seguiu uma sobremaneira para o desenvolvimento do Estado e do país gerando um infindável número de empregos e dando origem a uma região rica e promissora. Todo esse grande surto de progresso, todavia, que ampliou as cidades, construiu arranha-céus, palácios e luxuosas mansões, deixou um rastro de poluição, destruição da fauna e flora; pior que isso, a miséria, a doença e a morte prematura de inúmeros trabalhadores, herãs anônimos das riquezas que ao longo dos anos foram acumuladas.

Texto extraído da Ação Civil Pública, movida pela Promotor de Justiça, JACKSON CORREIA, da Comarca de Criciúma, contra as empresas carboníferas da região }

Se não cuidarmos deste planeta, não haverá outro; se não cuidarmos da água, pode acabar sua potabilidade; se não cuidarmos da terra, perderá sua produtividade; se não cuidarmos do ar, nossa sobrevivência ficará comprometida.

Por estas e outras razões é que devemos sempre considerar e valorizar o meio ambiente nas nossas ações diárias.

Um objetivo: Rio Araranguá, um dos poucos rios do Planeta (talvez só existam dois) que tinha a "habilidade" de trocar de cor até duas vezes no mesmo dia (azul e verde), perdeu este privilégio, agora existem outras cores: o esverdeado do agrotóxico e o amarelo avermelhado do carvão. É possível voltar as cores originais ? É, desde que, passamos a acreditar.

Observações:

1) *Até cientistas/nutricionistas estão "fascinados" pelo carvão mineral. No Globo Repórter (12/07/2002), anunciaram que as cinzas do minério, misturadas com outras substâncias, na composição de ração para galinhas, reduzem o colesterol nos ovos...*

2) *Não é preciso que a Família, o Município, a Empresa, a Cidade, o Cidadão ou o País, seja mais rico que os outros: apenas é preciso, em primeiro lugar, que sejamos felizes.*

Pelas razões expostas acima, para finalizar, reproduzimos neste espaço um pensamento do Poeta/Escritor Millôr Fernandes em conversa com um amigo nos idos de 1965, mas ainda apropriada aos dias atuais:

"Nem todos têm a capacidade e os meios de construir na medida que gostariam. Mas todos, sem exceção, podem evitar os males sociais dos realizadores sem escrúpulos, dos empreiteiros ambiciosos, dos que destroem tudo por onde passam no afã do lucro, numa política de cupidez e terra arrasada. Você pode não realizar seus sonhos, mas deve fazer de tudo para que os outros não realizem seus pesadelos "

Só depois das florestas destruídas
dos rios e mares poluídos
do último peixe morto
perceberemos então
que o dinheiro
não se come !

OBS. Doc. não concluído

Sócios da Natureza

Organização Não-Governamental - Fundada em 05/06/80

***Coordenadora Administrativa da Federação das Entidades Ecologistas
Catarinenses – FEEC***

Av. Getúlio Vargas nº 227, sala 09 – CEP 88900000 - Ed. Fronteira – Araranguá - SC

Fone: ...48-99954582/5221818 Fax: 522-0709 E-mail: sociosnatureza@contato.net